

Cardoso Alves: nova Carta é 'do Ulysses'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães ouviu do deputado Roberto Cardoso Alves, a quem visitou no hospital onde se encontra internado, em Brasília, haver tempo, ainda, para a promulgação de um texto enxuto e objetivo de nova Constituição. A Assembleia Nacional Constituinte não está, ao menos por enquanto, indelevelmente presa ao alçapão da prolixidade.

Roberto lembrou que a nova Constituição terá marca distinta das anteriores. Não será a Constituição dos militares, como a de 57/69. Nem será a Constituição da volta à democracia, como a de 46. Esta, sem dúvida, será "a Constituição do Ulysses", tamanha a presença do parlamentar paulista em todos os momentos passados ou atuais de sua elaboração. Com efeito, foi ele quem primeiro levantou a idéia da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, nos idos de 1973, como antecandidato à Presidência da República. De lá para cá, de seus lábios sempre saíram as mensagens mais rigorosas em torno da necessidade de o País ser institucionalmente passado a limpo. Com o advento da Nova República, Ulysses, na presidência da Câmara, serviu de sustentáculo maior da idéia. Permaneceu naquele posto e elegeu-se, com a maior justiça, também presidente da Assembleia Nacional Constituinte. E vem, desde a instalação, dando a tônica dos trabalhos. Assim, o que sair de bom e de ruim será debitado ou creditado a ele, mais do que a qualquer pessoa.

Modestamente, Ulysses Guimarães ouviu calado a introdução de seu companheiro paulista, mas passou a concordar quando Roberto Cardoso Alves criticou o grande número de artigos do atual projeto, tratando de questões que a lei ordinária seria capaz de suprir. O Centro, disse, está pronto a colaborar com a presidência da Constituinte para que se passe o rasteiro no projeto em exame, independentemente de questões políticas e ideológicas. Uma constituição com 150 artigos, no máximo, ainda poderá fluir do período final de votação, bastando articular a empreitada.

Ulysses entusiasmou-se com a perspectiva, especialmente porque, atento ao raciocínio de Roberto, também manifestou preocupação diante do aparecimento dos chamados buracos-negros que rondam os trabalhos constituintes. Determinados temas em debate poderão não obter 280 votos favoráveis, mas, em contrapartida, é capaz que suas alternativas também esbarrem na mesma falta de número. Criar-se-ia o impasse, que só o entendimento superaria. Por que, então, deixar acontecer o pior para depois tentar remediá-lo? Muito mais oportuno seria, desde já, reunir as principais

lideranças partidárias e buscar caminhos mais amplos, de consenso.

Não é apenas a rapidez dos trabalhos que se coloca como obstáculo, para Ulysses Guimarães. Ele deixou claro que também a redução dos intermináveis títulos e capítulos, se insere como objetivo igual. Tudo o que não for estritamente constitucional poderá ser retirado do projeto da Comissão de Sistematização. Como advogado e professor de Direito Constitucional, foi instado pelo interlocutor a mobilizar juristas e auxiliares partidariamente descompromissados, de modo a desenvolver um tour de force ainda este mês.

A tese de Roberto Cardoso Alves é de que nada pode ser considerado definitivo, em matéria constituinte, até o momento da promulgação do texto. Como um dos coordenadores do Centro, lembra que até o regimento interno é passível de novas alterações, se a maioria assim o entender. Quando o grupo se organizou, propôs soluções mais radicais. Queria acabar não só com a Comissão de Sistematização, mas com a figura do relator e até com o texto então produzido. Convenceram-na companheiros mais tolerantes a não deixar de lado o projeto da Comissão de Sistematização, o que representaria uma agressão aos companheiros que a integravam. A saída acabou sendo o elenco de 11 emendas reunindo os aspectos que o Centro considerava mais importantes, imprescindíveis de alteração. O problema, ou a solução para ele, está em que novas mudanças poderão ser promovidas a qualquer momento, por quem dispuser de 280 ou mais votos. E o Centro possui esse número. Prefere, porém, que as coisas se façam pelo entendimento e pelo acordo, estando satisfeito pela receptividade encontrada em Ulysses Guimarães.

Outro assunto ao qual Roberto dedica suas atenções, preso ao leito e imobilizado por conta de uma fratura na perna, no hospital Sarah Kubitschek, é o do tempo de mandato do atual presidente da República. Aíás, logo depois da visita de Ulysses, segunda-feira à noite, ele recebeu José Sarney. Como disse aos dois, não duvida de que os 317 signatários da emenda pelos cinco anos cumprirão o compromisso. Trata-se de uma questão de caráter: quem assinou não tem argumentos para voltar contra a própria assinatura. Por de ser que um ou outro, por razões íntimas, resolva bandear-se para os quatro anos, mas a maioria está garantida para a aprovação. No entanto, julga que antecipar a votação da emenda Malheus Jensen pode ser um risco. Só admitiria a hipótese se fosse possível um trabalho indireto, dualizado de consulta a cada um dos deputados e senadores que assinaram a proposta. Mas, muitas vezes, a melhor saída não está na pressa.

Reforma só depois da Carta

Parece estar decidido pelo presidente José Sarney: até que a nova Constituição seja promulgada, não pensará em reforma ampla do Ministério, o que nada tem que ver com o preenchimento de vagas abertas até lá, por decisão isolada de ministros dispostos a exonerar-se, como os casos de Aníbal Teixeira e, possivelmente, de Almir Pazianotto. Uma alteração de vulto, porém, destinada a adaptar o governo ao novo texto constitucional e a contemplar determinadas forças políticas, só mais tarde. Até porque, apesar das tendências, ninguém garante o que virá. Se deputados e senadores adotarem o parlamentarismo, por exemplo, de pouco terá adiantado ao presidente efetuar agora qualquer tipo de reforma. O problema passará à alçada do primeiro-ministro e dos partidos. Da mesma forma, se o atual mandato presidencial for fixado em quatro anos, adiantaria o que trocar todo mundo?

Tanto os cinco anos quanto o presidencialismo parecem em vias de ser estabelecidos, mas a hora, para Sarney, é mais ou menos a de São Tomé. Ver primeiro para crer depois. Esperar que os fatos se completem para atuar em função deles.

Sobre a substituição dos ministros do Planejamento e do Trabalho, uma especulação ganhava corpo, ontem: Andrea Calabi iria mesmo para o lugar de Aníbal Teixeira. E Gastone Right está bem cotado para suceder a Almir Pazianotto.

Canção da volta

A importante assessor presidencial, no começo da semana, o governador Waldir Pires, da Bahia, manifestou desejo de voltar a um entrosamento amplo com o Palácio do Planalto. O recado foi transmitido ao presidente José Sarney e poderá dar

frutos bem mais cedo do que se pensa. No caso, nem a Waldir interessa ficar contra Sarney, nem a Sarney é bom ter Waldir no seu calcanhar.

Cumpridor

Nos corredores palacianos um elogio transitava confortavelmente, feito por todos os auxiliares presidenciais ao governador de Minas, Newton Cardoso. Podem dizer o que quiserem dele, ouve-se, mas uma coisa é certa: cumpre seus compromissos políticos, sem voltas ou reviravoltas.

A referência, no caso, é para a posição que Newton Cardoso mantém, de e mantém em favor dos cinco anos de mandato para Sarney. Depois, que assinou documento a esse respeito, com outros governadores, simplesmente não admite conversa. Cinco anos são cinco anos, repete, sempre, chegando o eco de seu compromisso ao gabinete presidencial, todos os dias, como uma espécie de refrigério.

Fidel quer vir

A presença do chanceler de Cuba, Isidoro Malmierca, em Brasília reacende a possibilidade de Fidel Castro ver realizado o objetivo a que se propôs desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países: quer visitar o Brasil. Malmierca já havia tocado no assunto com o chanceler brasileiro, Abreu Sodré, em março do ano passado, em Havana. Fidel, diplomaticamente, disse naquela ocasião que o Brasil saberia das conveniências do tempo de sua vinda. A questão andou, não sendo fora de propósito que o barbudo desembarque entre nós antes que o ano termine.